

Bispos debatem as influências da AM sobre índio

Da sucursal de
BRASÍLIA

A política desenvolvimentista adotada por quase todos os países da Bacia Amazônica e seu reflexo negativo junto aos grupos tribais serão analisados, a partir de amanhã, em Manaus, pelos bispos de seis nações latino-americanas que participarão do I Encontro de Pastoral Indígena Panamazônico. Esta reunião, patrocinada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano — Celam —, deverá definir uma linha de atuação comum para o trabalho missionário no Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, voltada para a realidade sócio-política, religiosa e cultural das comunidades indígenas, especialmente aquelas que estão sofrendo mais com as injustiças e as ambiguidades das atuais mudanças sociais.

Embora os índios espalhados pela Bacia Amazônica, em sua quase totalidade, venham enfrentando problemas idênticos com a ampliação das fronteiras econômicas desses países, que ameaça especialmente suas terras, até agora, os governos envolvidos e a própria Igreja nunca haviam aberto discussão conjunta em torno do assunto.

A realização do encontro de Manaus segue as recomendações do último Sínodo dos Bispos sobre a Evangelização do Mundo Hoje, realizado em 1974, que revelou claramente o empenho da Igreja pela adoção de uma pastoral voltada para uma assistência mais proveitosa às comunidades indígenas. Um primeiro encontro para rever a pastoral da Igreja foi realizado, em 1971, em Iquitos, Peru, pelo Departamento de Missões do Celam, mas não tão amplo como o que começa hoje, em Manaus.

A revisão proposta pela Igreja em sua linha pastoral e a necessidade de uma ação conjunta baseiam-se numa série de acontecimentos e processos históricos que chamaram a atenção das Igrejas locais e nacionais sobre a situação dos indígenas. Uma das constatações feitas é de que os próprios chefes indígenas estão se unindo: começam as assembleias indígenas de chefes, organizam-se associações e confederações de povos tribais. Até um movimento continental de organização das nações indígenas sobreviventes foi realizado em São Bernardino, em 1974, e no Canadá, em 1975, demonstrando o claro empenho dessas comunidades de lutar pelos seus direitos e defender sua cultura.

Ao lado disso, também as igrejas evangélicas, principalmente a partir do Conselho Mundial de Igrejas, decidiram rever sua posição diante de culturas primitivas, fazendo uma autocrítica severa incluída na declaração de Barbados. Por parte dessas igrejas, tem-se notado a busca de uma visão pastoral renovadora e de uma maior comunhão ecumênica com os missionários católicos.

A necessidade de a Igreja firmar uma posição conjunta na Amazônia, diante da problemática indígena, é também justificada pelo fato de ela estar suscitando discussões e até decisões em congressos internacionais, que vão desde o repúdio puro e simples de todas as missões, até a tentativa de juntar forças com os missionários para salvar os indígenas que, em várias áreas, são ameaçados de extinção, cultural e física.

Aos pontos já levantados, soma-se a oposição que vem sendo feita pela Igreja ao tipo de política desenvolvimentista adotado por quase todos os países da Bacia Amazônica, que encara o índio como um entrave à ocupação de novas áreas cobertas pela floresta. A situação mais conflitante entre Igreja e Estado em decorrência dessa filosofia de governo, sem dúvida, ocorre no Brasil.

Os bispos brasileiros que seguiram para o encontro — entre eles: dom Moacyr Grechi, bispo prelado de Acre-Purus, dom Thomás Balguíno, presidente do Conselho Indigenista Missionário, e dom Pedro Casaldàliga, de São Félix — deverão apresentar, durante o en-

contro, um amplo quadro dos reflexos do programa de integração da Amazônia nas comunidades indígenas.

O Celam está preocupado com o fato de países como o Brasil estarem criando novas organizações e organismos governamentais que pretendem determinar, daqui para frente, o destino das populações indígenas. Isso, segundo os bispos, é perfeitamente detectável quando se noticia o empenho do governo brasileiro em promover a rápida integração do índio na sociedade.

AS MUDANÇAS

Vários fatores de ordem social e econômico influíram profundamente na transformação das culturas indígenas, exigindo, por isso, uma análise mais aprofundada por parte da Igreja. Entre eles, as explorações petrolíferas, no caso da Venezuela, as migrações internas, a abertura de novas vias de acesso às regiões interiores de vários países; o estabelecimento de fazendas ou indústrias nas áreas indígenas e as novas formas de contato entre os indígenas da Amazônia e outros grupos humanos: brancos, mestiços e indígenas andinos.

Esta situação complexa dos povos indígenas da Amazônia apresenta, segundo o Conselho Episcopal Latino-Americano, desafios relevantes de ordem teológica e pastoral para a Igreja, com novas formas de fé e uma estrutura adequada da vida cristã nas novas igrejas autóctones que nascem entre esses povos.

Os pontos levantados se referem à necessidade de análise das prioridades relativas entre pastoral indígena e pastoral de centros urbanos; à transformação de modelos de presença missionária; à harmonização da dicotomia falsa ou simplista entre pastoral evangelizadora e pastoral social e a contribuição dos setores missionários da Igreja à vitalidade da pastoral geral de conjunto da Igreja em seus níveis continental, nacional e universal.

As posições que serão defendidas pelos prelados brasileiros no encontro, segundo expectativa manifestada por missionários poderão ser diversificadas, pois algumas prelações encarregadas da assistência às comunidades tribais, como a do Alto Rio Negro, ainda defendem a adoção de um tipo de pastoral conservadora baseada numa atuação totalmente paternalista. No entanto, a maioria dos bispos da Amazônia já está aceitando a orientação do Conselho Indigenista Missionário, que vem defendendo um tipo de atuação da Igreja missionária, no molde agora encampado pelo Celam, ou seja, engajada no quadro sócio-político, religioso e cultural dos diversos povos indígenas.